

O Brasil na conjuntura atual

BENEDICTO FERRI DE BARROS

1. O que eles podem

Na atual conjuntura brasileira devemos distinguir, por razões de clareza e de método — clareza e método não só de diagnóstico, como também de tratamento —, duas ordens de problemas: os de natureza externa e os de natureza interna. E, para desde o início deixarmos muito clara nossa posição, afirmamos que, em nossa opinião, por mais que se achem intimamente ligadas, essas questões terão de ser tratadas separadamente, como se distintas fossem, pela simples e boa razão de que o equacionamento e solução dos problemas externos dependerão em sua maior parte de situações e decisões que estão no Exterior e escapam em sua maior parte ao nosso controle, ao passo que os problemas da economia interna podem e devem na sua maior parte ser equacionados e decididos por nós próprios.

Com referência aos problemas de natureza que, simplificada, podemos enunciar como representados pelo volume da dívida existente e seu gerenciamento, afirmamos, em primeiro lugar, que eles transcendem o campo meramente econômico; em segundo, que sua responsabilidade é tanto nossa, nacional, quanto deles, internacionalmente; em terceiro, que o equacionamento e solução que forem encaminhados serão mais deles do que nossos.

No que se refere à responsabilidade pela situação atual da dívida, somos de opinião que, na melhor das hipóteses, ela deve ser dividida meto a meto. O que desejamos externar com essa opinião é que, nas relações bilaterais em que se envolvem credores e devedores, a responsabilidade pela avaliação do risco e a última palavra na concessão de empréstimos cabem sempre aos credores, e se existe irresponsabilidade por parte dos que se endividam além de sua capacidade de pagar, não é menor a dos que emprestam sem competente avaliação dos riscos. Não é este um enunciado clínico; é um enunciado da avaliação corrente nos círculos financeiros quanto a sua própria competência operacional. Relembrando esse enunciado de responsabilidade entre devedores e credores, nada mais fazemos, aliás, do que nos posicionarmos na objetiva equidistância com que The Economist comentou a atuação dos banqueiros internacionais na criação da difícil posição devedora em que hoje se acham tantos países, no número em que analisou a situação mexicana, cujo artigo de capa intitulou The Burro's Debt. E, no que diz respeito ao gerenciamento brasileiro de suas responsabilidades, invocamos, novamente, o depoimento da mesma revista, objeto de magnífica síntese apresentada em Notas e Informações deste jornal, recentemente.

Esta questão de responsabilidade, o empenho na apuração da culpa nos parece, sobretudo, uma questão mal colocada e — principalmente — ociosa. Mal colocada porque supõe que tanto credores como devedores fossem capazes de prever e controlar, na ocasião, todas as superveniências que alteraram profundamente a situação econômica do mundo no último decênio; e ociosa porque, podendo acirrar ânimos de parte a parte, em nada contribuirá para um melhor esforço de solução para a frente. Em casos assim, o melhor é que cada parte guarde para si própria suas razões, seus erros, seus ressentimentos e suas lições e reserve suas energias de inteligência e suas reservas de boa vontade para um equacionamento racional, equitativo e viável da situação existente.

O que, certamente, não se dará no nível desejável, sem a malícia, os atritos, a prepotência gananciosa dos credores e o conformismo sorna dos devedores, os quais acabarão por desfechar em compromissos inexecutíveis, a serem renegociados de futuro. É o que diz a história dos acertos de conta internacionais.

Isto nos leva a esclarecer mais detalhadamente a afirmação de que dívidas internacionais transcendem o campo do meramente econômico. Elas afetam, além das autoridades monetárias e das instituições financeiras diretamente envolvidas, a vida e as relações dos povos credores e devedores, provocando sentimentos e reações nacionalistas que desbordam facilmente para o campo político, no qual interesses comerciais e financeiros se tornam questões secundárias, como peças subordinadas do jogo político, utilizadas como meios de pressão ou de apaziguamento. É o que desejamos significar quando afirmamos que a posição dos países devedores é hoje — mais do que um problema apenas econômico — um problema eminentemente político.

No caso da dívida externa brasileira, vamos mais longe, afirmando que o vulto dos problemas e interesses envolvidos para a comunidade internacional é, pelo menos, tão grande quanto o dos que envolvem nosso país. Objetivamente falando, são maiores.

Não pode haver dúvida alguma sobre a gravidade que uma insolvência de catão ou uma declaração de iliquidez internacional teria para nosso país. Mas se o gerenciamento a curto termo das dificuldades impedir um oportuno reequacionamento do fluxo da dívida, a gravidade do fato não será de proporções menores para todo o sistema econômico internacional — a começar pelo seu sistema financeiro. Invocamos novamente, nesta passagem, o testemunho limpo, objetivo e imparcial da grande revista inglesa The Economist, em matéria considerada de tal relevância que, a exemplo do episódio mexicano, constituiu matéria de capa, sob o título The Crash of 1982 (18/22 de outubro). Analisando a solidez do sistema financeiro internacional — e especialmente americano —, ali se conta em dois diferentes artigos, e em passagens isoladas, que nessa ocasião o Banco Federal da Reserva faz uma injeção de três bilhões de dólares na economia americana, que a operação de resgate do México, na qual atuou pessoalmente mr. Volcker (presidente daquela organização), foi a mais expedita de toda a história financeira internacional; que pela primeira vez o BIS (Bank for International Settlements — banco central dos bancos centrais da Europa Ocidental) surgiu como financiador de um país não-europeu e que a insolvência declarada do México, apenas, vaporizaria 70% do patrimônio líquido (common equity) do primeiro e do quarto bancos americanos: o Bank Of America e o Manufacturers Hanover. Nem é por outra razão que o próprio Banco Federal da Reserva americano surge como financiador de problemas correntes de caixa de países estrangeiros e Reagan, em recentíssimo pronunciamento, assinala a urgência de um reexame do sistema monetário internacional.

Os problemas e interesses envolvidos transcendem, portanto, o problema nacional dos países devedores. Mais do que as finanças e os problemas nacionais, por penosos e difíceis que eles possam ser, estão em causa o sistema financeiro, o monetário e o econômico mundial. Isto em nada diminui, para nós, a gravidade de nossos próprios problemas, mas é suficiente para acentuar o fato de que as

dificuldades brasileiras devem ser vistas e não de ser equacionadas como parte importante de uma conjuntura internacional delicadíssima. Vale dizer que, tanto para o bem como para o mal, tais acertos estarão, em grande parte, fora da órbita de nossas exclusivas decisões.

E, sendo as coisas tais como são, podemos voltar à afirmação inicial de nosso artigo, de que os problemas externos forçosamente não de ser tratados separadamente dos problemas internos, sobre os quais temos plena autonomia e responsabilidade de decisão.

2. O que podemos nós

Há de se acrescentar a essas razões de natureza decisória as questões de fato.

E o primeiro fato a se levar em consideração é o fator tempo. Esse aspecto foi colocado com limpidez insuperável em duas passagens do discurso do presidente João Figueiredo na ONU, quando, relembrando os 40 milhões de desempregados hoje existentes no mundo e a inevitável lentidão das providências de reajustamento do sistema econômico mundial, concluiu que os países do Terceiro Mundo não poderiam fazer depender da recuperação internacional a sobrevivência de suas economias. Não se poderia ser mais claro nem mais exato.

Sem nenhuma pretensão de futurologia, enunciando meramente as defasagens naturais de tempo para o desenvolvimento e repercussão dos fatos econômicos, parece pouco provável que se possa contar com uma recuperação significativa da economia americana antes de 1984, ainda que ela possa manifestar-se já a partir de 1983. O mesmo se dirá da economia européia. Ainda e quando isto se der, quanto tempo deverá transcorrer para que tais efeitos possam repercutir favoravelmente sobre a economia brasileira?

Há outro fator importantíssimo em jogo, subjacente a todo o molestar econômico ocidental, que é a incontestável obsolescência de sua economia agroindustrial, posta em relevo pela revolução da economia da informática, de que temos tratado nestas colunas. Essa revolução, ao mesmo tempo que decreta a obsolescência das estruturas, estabelecimentos industriais e infra-estrutura de serviços da civilização mecânica, abre promissoras e gigantescas fronteiras de investimentos nas economias superdesenvolvidas. Para termos uma pálida idéia do que é essa fronteira, basta-nos pensar o que poderá significar a robotização dos estabelecimentos industriais ocidentais e a substituição de seus atuais sistemas de comunicação pelas tecnologias da computação e das fibras óticas... E para essas fronteiras que se dirigirão as poupanças e investimentos disponíveis do futuro ocidental. Que viriam fazer em parques industriais do Terceiro Mundo?

Se chamarmos de prazo médio os três a cinco próximos anos, e de prazo longo o que vier depois, não teremos como aliviar a posição econômica interna se não abirmos, por nossa própria conta, nossos próprios caminhos. Sob essa luz devemos considerar o médio e o longo prazo da economia brasileira.

Não obstante, estamos longe de qualquer posição pessimista. Convencidos de que para ser realista devemos contar muito pouco com uma contribuição efetiva de nossos parceiros tradicionais para uma efetiva retomada do desenvolvimento econômico do País, ainda que em seu próprio interesse eles possam e devam nos ajudar neste difícil período de transição econômica para todo o mundo, temos plena confiança de que a reorientação do modelo, com vistas à abertura de novas relações comerciais externas e uma ênfase maior para as necessidades e possibilidades de nosso mercado interno, poderão não só minorar as dificuldades do prazo médio, como, também, elevar o grau de autonomia, independência e participação da economia brasileira no mercado mundial.

Este é um problema a ser encaminhado por estadistas e equacionado por economistas. Temos tratado dele em diversos artigos publicados nestas colunas. Neste artigo de síntese relembramos, apenas "pró-memória", as possibilidades internas representadas pelos programas habitacionais e de colonização que independem, na prática totalidade, de recursos e suporte tecnológico ou financeiro externos. Perguntamo-nos se a modernização de nossas ferrovias não poderia ser outro desses programas. E temos certeza de que um painel de debates brasileiros encontraria grande número de projetos viáveis de igual característica.

No que se refere ao desenvolvimento de novos mercados externos, como foi lembrado pelo presidente João Figueiredo no seu discurso na ONU, também "pró-memória" recapitulamos a idéia desenvolvida em um de nossos artigos, de que o nosso é um dos poucos países de moeda fraca do mundo capaz de fornecer a quase totalidade dos bens de indústrias pesadas e dos serviços complementares solicitados pelo Terceiro Mundo.

Há uma palavra final a acrescentar quanto à situação interna da economia brasileira. Dobrado o cabo do problema externo, essa questão assumirá prioridade urgente e absoluta, demandando rápidas e corajosas medidas que permitam a sobrevivência da atividade empresarial.

A crise interna assumirá precedência e poderá atingir gravidade muito superior à do reequacionamento da dívida externa. A questão da dívida externa, por grave que seja, é também, em grande parte, um problema externo. Mas a questão da atividade econômica interna afeta de imediato toda a economia das empresas, do povo e da Nação como um todo. As dificuldades que decorrerão do novo regime de relacionamento com o Exterior são menos importantes do que as inerentes a situações estruturais de origem endógena — entre elas, para não citarmos outras —, o problema das estatais, do sistema previdenciário, das taxas de juros, dos ônus fiscais e do emaranhado burocrático que dificultam a atividade empresarial. A insolvência e paralisia internas podem ser muito mais graves e difíceis do que a insolvência externa, se a tempo não forem tomadas medidas de largo espectro, amplas, realistas e corajosas.

Aqui retomamos nossa colocação inicial. Tais coisas não se farão sem a resolução de numerosos problemas técnicos e operacionais. Mas a diferença entre essa diretriz e a de esperar pela recuperação e ajuda dos nossos parceiros ricos é que tais decisões podem ser tomadas e operacionalizadas — pelo menos grande número delas — em nossa própria casa. As demais dependem do que está lá fora. Não dispomos, talvez, de mais do que dois a três anos, no máximo, para minorar as inevitáveis dificuldades econômicas que tenderão a agravar-se, nesse prazo, além de um limite socialmente suportável. Dependendo da determinação e urgência com que as medidas sejam tomadas, se poderá não só aliviar as agruras desse período, como até, eventualmente, partir para rumos de interiorização e projeção nacional apoiados em uma economia mais voltada para o País e seu povo.

Com igual convicção acreditamos que, se não procurarmos tais novos rumos desde já, não antes de quatro a cinco anos seremos forçados a fazê-lo em circunstâncias políticas e sociais imprevisíveis. O médio e o longo prazo de qualquer futuro se contam sempre a partir de um dia: o dia de hoje.

ANÚNCIOS EM JORNAIS

Tels.: 258-7345 e 256-6241